

A EDUCAÇÃO POPULAR COMO ELEMENTO PARA O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS

Leonardo Koury Martins¹

RESUMO: O presente artigo procura contribuir com o diálogo sobre a Educação Popular enquanto elemento político pedagógico ao somar-se no cotidiano das e dos assistentes sociais, seja no lugar do trabalho profissional ou na integração da categoria com as lutas e a organização dos movimentos sociais no Brasil. Estes elementos articulados são importantes para enfrentar os desafios apresentados no atual contexto ultra neoliberal, onde se ampliam as mazelas vivenciadas pela população atendida nos diversos espaços sócio ocupacionais.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação Popular; Movimentos Sociais; Profissão

ABSTRACT: This article seeks to contribute to the dialogue on Popular Education as a political pedagogical element by adding to the daily lives of social workers, whether in the place of professional work or in the integration of the category with the struggles and organization of social movements in Brazil. . These elements added are important to face the challenges presented in the current ultra-neoliberal context, where the problems experienced by the population served in different socio-occupational spaces are increasing.

Keywords: Social: Social Work; Popular Education; Social Movements; Profession

INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho profissional no Brasil e apresenta diversas possibilidades na sua atuação a partir de inúmeros espaços sócio ocupacionais, frente às demandas advindas das expressões da “questão social”. A dimensão educativa no Serviço Social, em sua característica mais ampliada, se dimensiona como fruto dessas diversas possibilidades, exige das e dos assistentes sociais uma série de articulações e mediações reflexivas à realidade, além da busca por referenciais teórico críticos, constituído nas aspirações de uma educação que traduza outras perspectivas de mundo.

É através do cotidiano de assistentes sociais que se pode potencializar inúmeras perspectivas ideopolíticas e prático analíticas que comunicam com a vida da classe trabalhadora. Essa potencialidade pode ser constituída nos atendimentos a partir do campo do trabalho, na organização do diálogo coletivo com a população e também entre as atividades exercidas nos

¹ Leonardo Koury Martins, assistente social, professor, doutorando no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora PPGSS-UFJF. ORCID 0000-0002-5572-8483, e-mail: leonardokourymartins@gmail.com

espaços de atuação profissional. A escolha a partir da dimensão pedagógica crítica perpassa pela ótica classista voltada à compreensão de que o plano de trabalho das e dos assistentes sociais se somam ao projeto profissional hegemônico na atualidade e por sua vez, pela somam as frentes políticas da classe trabalhadora que tem como perspectiva a construção de outra ordem de sociedade. Tais perspectivas podem e precisam estar vinculadas.

A leitura em Paulo Freire, que apresenta a educação como condição crítica problematizadora para além dos espaços escolares, têm suas entranhas espalhadas nos territórios, campos, florestas, águas e compreende que essa educação precisa estar no cotidiano da vida. Sua pedagogia percebe a Escola não como um espaço isolado, mas integrada à sociedade, diferente de outras perspectivas pedagógicas que até então, tinham como característica o demarcar do chão. Para Machado (2012), a teoria crítica ganha novos elementos a partir da leitura sobre a educação em Paulo Freire onde diversos mecanismos teórico-práticos podem ser problematizados como a escuta, a compreensão do cotidiano e a aproximação das identidades e diferenças entre saberes.

Para contribuir com esse diálogo, este texto trará possibilidades para a atuação profissional com vistas à instrumentalidade enquanto dimensão da profissão. O papel educativo crítico do Serviço Social nos diversos espaços sócio ocupacionais pode proporcionar avanços a partir da autonomia relativa e da práxis. Essas condições são possíveis estratégias que avançam na elucidação dos ideários sob a luz do projeto profissional crítico do Serviço Social, com vistas, ao horizonte de uma outra ordem de sociedade.

Apresentar diálogos sobre este tema na atualidade é justamente reafirmar como as aproximações que identificam o Serviço Social e a Educação Popular desenvolvem possibilidades frente a atuação das e dos assistentes sociais para uma prática educativa libertadora e crítica, que não se perca frente aos propósitos e as dimensões constitutivas da profissão na cotidianidade.

DESENVOLVIMENTO

O centenário de nascimento de Paulo Freire, com referência nesta década, tem se apresentado como um acontecimento histórico mundial, sendo Paulo Freire o patrono da educação brasileira e um dos autores mais lidos do planeta, reconhecidamente apresentado

como um dos mais importantes cientistas do século 20. Sua obra inaugura um novo momento no campo da pedagogia, por compreender a educação para além do espaço escolar.

Por consequência do centenário do educador, no Brasil, os ataques advindos justamente por sua relevância político-pedagógica, a partir de dizeres desqualificadores recorrentes realizados pelas organizações de extrema direita no país tem se intensificado. As características fascistas e neo-conservadores advindas por estes grupos apresentam como análise, na sua base ideológica, o discurso de ódio aos ensinamentos da Educação Libertadora e em paralelo a perseguição às ações das diversas instituições e movimentos sociais que acreditam nesse modelo de educação enquanto prática da liberdade e possibilidade de leitura da vida.

A Educação Popular, chamada também de educação libertadora, se aproxima do olhar pedagógico do projeto profissional crítico do Serviço Social a partir do processo de renovação da profissão. É nesse período que assistentes sociais apresentaram a constituição de um novo campo hegemônico no segundo quartel do século 20. Tamanho posicionamento político tem como propósito romper com o conservadorismo na profissão.

O que transversaliza a Educação Popular no Serviço Social são as características da leitura crítica da realidade social. As dimensões constitutivas da profissão e os princípios descritos pelo Código de Ética apontam para a responsabilidade de construção de uma nova ordem de sociedade, conforme apresentado também pela leitura de Paulo Freire que descreve tal necessidade. Para ambas análises essa nova ordem é impossível frente à égide do modo de produção capitalista e precisa ser construída pelas vias de um processo revolucionário.

Em que se problematize as teorias iniciais que qualificam o conceito de Educação Popular, sempre fica a pergunta se é possível trazê-la enquanto ação formativa através da teoria crítica. É necessário ressaltar que as possibilidades teóricas e práticas que envolvem o Serviço Social e a ação da práxis a partir da Educação Popular precisam constantemente de alinhamento, visto o avanço do ultra-neoliberalismo no Brasil e no mundo e os desafios conjunturais presentes. No Serviço Social, como exemplo, as refrações da “questão social” exigem da profissão a articulação contínua enquanto classe para resistir, mas também para avançar e não se perder no cotidiano do imediatismo e do pragmatismo que rondam os espaços do trabalho.

Se considerar breve retrospectiva nos anos de 1970 quando se constitui no país as bases da Educação Popular, de acordo com Paulo Freire (2007), as linhas dessa lógica educacional se moldam a partir da resistência aos períodos mais nefastos da ditadura militar. O formato dessa

pedagogia se define como problemática não apenas da forma de ler o mundo, mas de como apresentar necessárias questões para que a realidade seja percebida em sua dialética e transformadora. (FREIRE, 2007)

É nesse contexto que o primeiro rompimento da Educação Popular com os modelos tradicionais e cartesianos de ensino e aprendizagem perpassa por dizer em qual lugar que se apresenta o conhecimento. Como esse lugar da crítica a partir da hierarquia e que a vida é um parâmetro concreto e não uma forma ideal. Não há a partir da prática da Educação Popular, como exemplo, a relação professor e aluno porque constitui outra ótica, a prática entre educador e educando que “se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE, 2001, p.87)

Nesse cenário, também o Serviço Social, a partir do processo de renovação, tem por uma significativa parcela da categoria, inspirada pelo Movimento de Reconceituação na América Latina e no contexto nacional desencadeado pelas lutas contra o autoritarismo, diálogos fundamentais para a tomada da disputa pela hegemonia no interior da profissão. Os elementos desse período procuram ser cotidianamente afirmados pelas entidades representativas e fomentar questões teórico-práticas para o cotidiano de trabalho de assistentes sociais nos seus mais diversos espaços de atuação.

Assim, de acordo com Iamamoto (2010) é através do movimento da dialética, no contexto das relações sociais, que entre as mediações do trabalho profissional na coletividade é possível produzir a perspectiva de resistência e de avanço. As configurações no campo teórico e prático no Serviço Social exigem das e dos assistentes sociais adentrar no horizonte das lutas sociais para além do lugar de atuação nos diversos espaços sócio ocupacionais.

É por esse caminho que perpassam os princípios da profissão nos espaços sócio ocupacionais que adjetivam ao Serviço Social alguns conhecimentos frente à organização de território; a atuação em comunidades e coletivos; no atendimento a partir do contexto apresentado pelo trabalho e na possibilidade de produzir reflexões profundas e possibilidades de diálogo no intuito fomentar questões que proporcionem contrapor a ordem posta.

Por sua vez, o trabalho de base a partir da Educação Popular, pode trazer mediações importantes para a compreensão da totalidade e problematizar estratégias voltadas à atuação cotidiana. A profissão por articulação do seu campo hegemônico optou por vincular-se “ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”, ou seja, entende-se que é preciso nadar contra a mesma correnteza que hoje

nos arrasta (o sistema capitalista) para a partir desse processo, construir forças com outros conjuntos da classe trabalhadora com o intuito de romper as violências e as opressões. (CFESS, 1993, p. 11)

A DIMENSÃO EDUCATIVA CRÍTICA E O COTIDIANO DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS

A compreensão da teoria crítica no Serviço Social tem por finalidade trazer a partir do conhecimento científico o propósito fomentador da práxis, essa ação transformadora só pode ser constituída para além do mero “bater cartão” como expressam os ditados populares dos movimentos sindicais nos anos de 1980. As bases formativas do projeto profissional crítico estão presentes nas atuais diretrizes curriculares da ABEPSS, na lei que regulamenta a profissão e nas normativas do conjunto CFESS-CRESS. Essas bases são um importante arcabouço para elucidar o compromisso do Serviço Social para além da óptica mecânica do fazer imediato.

É a partir do processo de reconceituação da profissão, do movimento organizado no período que culminou em diversos momentos como no Congresso da Virada e frente a organização de assistentes sociais nas lutas sociais, que se avistou via análise conjuntural horizontes nas movimentações contrárias às teorias conservadoras que eram, naquele momento, hegemônicas como método de ensino e trabalho no Serviço Social brasileiro. Esse lugar de posicionamento contrário ao conservadorismo possibilitou à profissão no seu atual campo hegemônico a necessidade de garantir o alinhamento estratégico com as lutas gerais da classe trabalhadora. (IAMAMOTO, 2010)

O conhecimento acumulado pelo Serviço Social frente ao entendimento da luta de classes e a aproximação com leituras políticas que naquele período estavam sendo instituídas, como a Educação Libertadora, posicionavam um novo campo para as lutas sociais frente a repressão do golpe civil-militar empresarial. É neste período que diversas assistentes sociais apresentam a possibilidade a partir do processo de renovação de uma nova configuração político profissional para a disputar a direção das entidades representativas.

A aproximação do Serviço Social aos movimentos populares e sindicais são elementos que se configuram tão fortemente no campo hegemônico da profissão a partir dos anos de repressão militar. Um exemplo dessa aproximação frente às lutas sociais é o relato de Paulo

Freire sobre a responsabilidade de ir contrário à ordem burguesa, pela necessidade de expressar uma nova constituição via organização popular, o autor descreve:

A educação popular aposta na prática transformadora em termos amplos, profundos e radicais, porque procura em uma nova e possível sociedade, a possibilidade de nadar contra a correnteza que traz o autoritarismo e a fome como resposta. (FREIRE, 2007, p. 103)

Na atualidade, os desafios da Educação Popular e os princípios e perspectivas das normativas do Serviço Social se somam na procura de fortalecer a construção coletiva frente às novas configurações postas na virtualidade do trabalho e na putrefação social vivenciada no desenvolvimento do ultra neoliberalismo. Os princípios do Projeto Ético-Político profissional e o cotidiano das e dos assistentes sociais precisam apresentar caminhos necessários para articular ações transformadoras nos espaços sócio ocupacionais. É possível compreender a necessidade de uma educação libertadora e crítica, seja no cotidiano do trabalho, na política de Saúde, de Habitação, de Assistência Social ou mesmo no assessoramento dos movimentos sociais.

As possibilidades do trabalho de base e de uma ação coletiva que tenha como propósito a defesa do projeto profissional crítico se encontram descritos nos princípios do Código de Ética Profissional, tendo parte importante desses apontamentos mais expressivos:

“II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;” (CFESS, 1993, p.23-24)

A partir da leitura das aproximações entre o Serviço Social e a Educação Popular, Bezerra (1984, p. 55) considera que “o propósito da educação libertadora em que deva caminhar pelo fazer profissional cotidiano da categoria” é concreto e possível. O ato de “politizar o diálogo com a população atendida nas políticas públicas se materializa nos diversos instrumentos técnicos” elencados pela atuação das e dos assistentes sociais, mas também, quando contrários aos princípios e normativas corre o risco de despolitizar. Para isso, se faz necessário

compreender que não é possível construir uma atuação de neutralidade no exercício profissional.

É necessário descrever, que as e os assistentes sociais também podem estar inseridos como trabalhadoras e trabalhadores nos movimentos sociais, como campo do trabalho assalariado. Mas a participação da categoria pode e deve estar nos espaços de construção e militância como dirigentes, apoiadores e participantes de maneira geral. Os conhecimentos dispostos na formação profissional quando presentes na articulação com a população aliados ao método da educação popular se tornam um instrumento de aproximação interessante para esse diálogo. (BEZERRA, 1984)

Se por um lado existem as ações que trazem o fazer da e do assistente social para o campo do posicionamento crítico ao fortalecer o sentimento de classe, é preciso cautela na compreensão de que as instituições empregadoras não estarão, por vezes, com o mesmo posicionamento. A defesa das normativas corre risco, porque se por um lado é hegemônico o posicionamento do projeto profissional enquanto classe por via das responsabilidades éticas afirmadas pelas entidades representativas do Serviço Social, por outro lado o mercado de trabalho está sob a ótica burguesa que se somam ao cenário de precarização do ensino que tendem a distanciar a atuação da profissão crítica. A integração de assistentes sociais nas lutas sociais pode ser um mote para a articulação política para fortalecer setores progressistas e autônomos frente às tensões constituídas no interior da sociabilidade burguesa.

Para tanto, a aproximação com os movimentos sociais tende fortalecer a visualização de leituras atualizadas das demandas da população e como “essas demandas se encontram apresentadas pelos coletivos a partir do trabalho de base”. Com a aproximação de assistentes sociais nos movimentos sociais, se torna possível mediações que buscam fortalecer a defesa do projeto profissional, e neste momento possa afirmar para a profissão um lugar de proximidade como o sustento teórico e prático necessário aos diversos espaços sócio ocupacionais. (BEZERRA 1984, p. 48)

A aproximação de assistentes sociais no campo das lutas sociais não apenas potencializa as dimensões do Serviço Social como também favorece a relação da profissão com o conjunto mais amplo de condições para uma leitura ampliada da conjuntura que se insere nos desafios do trabalho profissional. É no espaço da articulação dos movimentos sociais e a sua relação com o

cotidiano do trabalho que se apresentam as possibilidades para ampliar a ação pedagógica mediatizadora presente nas bases estruturadoras da Educação Popular.

Como exemplo a dimensão técnico-operativa nos espaços de formação de grupos onde pode ser realizado o convite para as representações dos movimentos sociais dialogarem sobre suas vivências, que ao trazer os representantes dos movimentos para os grupos e por consequência fortalece a construção de identidade política frente às opressões e violências cotidianas, mas também qualifica o espaço de diálogo das rodas de conversa ou de outras dinâmicas fomentadas. Seja pela condição apresentada por mulheres militantes dos movimentos feministas em atividades da política de Assistência Social, ou mesmo, a presença de integrantes do movimento estudantil para apresentar suas vivências aos jovens nas escolas tecendo questões sobre os desafios enfrentados pelos estudantes na educação brasileira.

Essa atuação prática deve estar articulada com a dimensão teórico-metodológica ao ser constituída como diálogo entre os espaços de formação dos movimentos sociais e das organizações autônomas seja em seminários ou nas plenárias, ou seja a partir da leitura ou do uso de referência de livros que trazem o cotidiano dos movimentos sociais. Pode ser fundamentada como formação através da arte e da cultura dos movimentos, na leitura sobre os problemas urbanos ou da reforma agrária através do uso da música. Para a Educação Popular uma letra de samba não apenas ensina, como sistematiza a realidade vivida, que se consolida no espaço teórico reflexivo.

Assim, a dimensão ético-política pode ser explicada no posicionamento de cada uma ou cada assistente social frente às mazelas sociais, na posição contrária ao arbítrio e o autoritarismo voltado ao dia a dia do trabalho. Essa posição, como exemplo, se faz na construção das bandeiras de lutas articuladas nos atendimentos à população ou na presença da categoria nos atos públicos organizados pelos movimentos sociais, que se formam pela mobilização de um abaixo assinado ou no apoio e estruturação de uma nota pública que traduz a realidade vivenciada naquele território.

Atuar com vistas aos territórios, por exemplo, pode possibilitar horizontes para o debate da riqueza socialmente produzida frente à pobreza e a fome enfrentadas pela população que é atendida pelos serviços públicos, bem como se posicionar contrário à segregação espacial e a ausência de infraestrutura para sobreviver nas favelas ou nas áreas rurais.

O lugar da neutralidade não cabe ao Serviço Social e que tais realidades devem ser problematizadas em conjunto com a população atendida pelas diversas áreas sócio ocupacionais. Afinal, para os trabalhadores e trabalhadoras essa problematização interessa e possibilita a compreensão concreta da ordem vigente a partir do entendimento de suas contradições.

Se somam as dimensões e as possibilidades de uma interface educativa as reflexões trazidas por Iamamoto (2007, p. 33) em que “as e os assistentes sociais devem estar no cotidiano dos movimentos e das organizações”, contudo se faz necessário reassumir o trabalho de base e compreender que através de uma educação libertadora com vistas às práticas da autonomia e da liberdade é possível ampliar as ações intencionadas no projeto profissional.

A mobilização e a organização popular, não podem parecer submersas do debate teórico-profissional, “ante o refluxo dos movimentos sociais e dos processos maciços da organização sindical, mas não do trabalho de campo”, perceber o lugar do Serviço Social para o fortalecer dessas lutas é urgente e necessário. (IAMAMOTO, 2007, p. 33)

Se é possível fortalecer essas lutas através do trabalho de base a partir da metodologia da Educação Popular, aplicá-la frente a teoria crítica pode ser um alavanque à concretização da práxis disposta pelas normativas do Serviço Social. Garantir com que essas ações superem os limites do modelo tecnicista e funcionalista presentes nas políticas públicas é extremamente oportuno. Ainda mais na atual conjuntura de desmonte vivenciado por toda população brasileira e mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas que é preciso ter força, é preciso ter raça e é preciso ter gana sempre, parafraseando os sentimentos descritos pelos poetas Milton Nascimento e Fernando Brant (1978) e cantado por todo clube da esquina entre os períodos mais nefastos do autoritarismo brasileiro entre os anos de ditadura civil-militar e empresarial na segunda metade do século 20. Nas noites mais escuras e nos tempos mais difíceis, reler os clássicos como parte da análise é fundamental para a atuação do Serviço Social, assim como de outra qualquer profissão.

Para Iamamoto (2010) as e os assistentes sociais necessitam a partir do conhecimento criterioso compreender os processos sociais, econômicos e políticos e a sua interface frente à

vivência dos sujeitos que perpassam as políticas públicas e os demais espaços que estejam presentes na profissão está na ordem do dia. Em momentos tão adversos, como já vivenciado na democracia brasileira, as releituras devem alimentar ações inovadoras e construir as bases para fortalecer o projeto hegemônico da profissão. Aliás, tal “conhecimento é pré-requisito e serve para impulsionar a tomada de consciência e problematizar uma cultura de participação e de democracia”. (IAMAMOTO, 2010, p. 200)

Também é apresentado a partir de Netto (2009, p.04) que “os projetos profissionais são estruturas dinâmicas” e por esse motivo se constroem frente às necessidades sociais e as transformações históricas, culturais e econômicas. Essas necessidades e transformações são responsáveis por imprimir uma agenda para a profissão. Se cabe ao Serviço Social brasileiro o projeto profissional que tem o alinhamento com um projeto de sociedade diferente da ordem posta, com vistas à construção de uma nova ordem, as bases descritas no trabalho das e dos assistentes sociais e através dos princípios do Código de Ética devem ser educativas, críticas e libertadoras.

O trabalho de base a partir da Educação Popular, deve trazer as categorias como a mediação a partir da teoria crítica. A profissão no seu campo hegemônico optou por vincular-se “ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”, ou seja, por sua vez entende que é preciso nadar contra a mesma correnteza do sistema capitalista, e o como, com quais ferramentas e o com quem enfrentar tamanhas marés é muito importante. (CFESS, 1993, p. 11)

As experiências iniciadas por Paulo Freire através da Educação Popular, precisam ser ampliadas e estar vinculadas ao diálogo sobre a resistência e luta às condições cotidianas onde atua a profissão. São décadas que marcaram a educação libertadora em todo o mundo tecendo reflexões teórico-práticas como respostas no intuito de avançar frente aos golpes, as chacinas, as violências e as situações de emergência e calamidades.

As experiências a partir de uma leitura que trace a educação no viés da autonomia e da liberdade surgem também como ampliação dos processos de formação política junto às trabalhadoras e trabalhadores, porque possuem o papel de interferir no movimento contínuo da alienação e fomentar a tomada de consciência, como indica Iasi (2011). Essa leitura, incide nas formas de perceber o mundo que, frente ao domínio da sociabilidade burguesa, fundada na

exploração do trabalho e na propriedade privada, se apresentam de maneiras mistificadas a fim de garantir a sua reprodução.

O debate sobre a Educação Popular e o Serviço Social, a partir de teoria crítica, reconceitua o que descreve Freire (2001, p.12) como “o desenvolvimento da consciência político-organizativa”; sendo assim, a capacidade de intervenção na realidade social e a disputa de pretensões deve ser orientadas para a ação política que visualize nos limites do hoje a cidadania, mas no horizonte do amanhã que tenha como alvo a emancipação humana.

Neste contexto, não apenas o espaço do trabalho profissional, mas o papel de cada assistente social, na compreensão das dimensões do Serviço Social tem como possibilidade contribuir para os enfrentamentos e indagações que se apresentam na realidade dos tempos. O entendimento dos desafios apresentados para a classe trabalhadora e a capacidade da leitura crítica por uma nova construção educativa, tende a afastar assistentes sociais de uma ótica educativa moralizadora como predominava a gênese da profissão. Para isso, educar a partir de um posicionamento classista pode aproximar a práxis cotidiana frente às tensões dispostas na atual conjuntura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Aída. As atividades em educação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **A questão política da educação popular**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CFESS. **Resolução CFESS nº 273**, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_273-93.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2024.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento sobre Educação Popular. São Paulo: Centauro, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

MACHADO, Aline Maria Batista. **Serviço Social e educação popular**: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 151-178, jan./mar. 2012.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 14^a ed. São Paulo: Cortez, 2009.